



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140997 - BA (2021/0002927-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : KLEIVSON RANGEL SANTOS CELESTINO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : LINDOMAR GUIMARAES FRIAS JUNIOR

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por KLEIVSON RANGEL SANTOS CELESTINO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8021838-47.2020.8.05.0000).

O recorrente foi preso em flagrante em 15/10/2017 pela suposta prática dos crimes descritos no art. 121, § 2º, inciso VII, c/c o art.14, inciso II, e arts. 329 e 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, todos do CP, tendo a prisão sido convertida em preventiva.

Sustenta que sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa e da inexistência de motivos novos e contemporâneos para justificar a segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, ressalte-se que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2020)", o que torna a liminar em sede de plantão, *a priori*, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente